

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO PARANÁ

Talia Rafaela Conducta¹

Marco Antônio de Oliveira Gomes

RESUMO

Não é recente na história de nosso país a desvalorização e precarização do trabalho docente, o que também não é diferente nas escolas mantidas pelo Estado no Paraná. Nesse contexto, alunos e alunas oriundos da classe trabalhadora enfrentam condições adversas que se traduzem na precariedade de instalações escolares, ausência de professores, muitos dos quais em condição temporária (PSS), e trabalhando em situações adversas. Isto posto, apresentamos como objetivo para o presente trabalho a análise sobre a precarização do trabalho docente, enfrentada nas escolas do Paraná. Para tanto, organizamos uma pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados a partir da APP Sindicato. Como postulado, defendemos que a precarização do trabalho docente não pode ser dissociada das políticas neoliberais que afetam o conjunto da classe trabalhadora. Isto posto, para atingirmos os objetivos propostos tomamos como referencial teórico o materialismo histórico e dialético para compreensão das transformações e das lutas travadas em torno da educação. No caso específico do trabalho docente no Paraná evidenciamos o controle cada vez mais rígido e a perda de autonomia didática dos docentes, terceirização das escolas, platformização pedagógica, salas lotadas e a exigência de metas, fato que tem provocado o adoecimento docente.

Palavras-chave: crise econômica; capitalismo; precarização da educação.

ABSTRACT

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (2025). Direção eletrônica: ra125021@uem.br.

The devaluation and precariousness of teaching work is not a recent phenomenon in our country's history, and this is no different in state schools in Paraná. In this context, students from working-class backgrounds face adverse conditions that translate into precarious school facilities, a lack of teachers, many of whom are temporary (PSS), and working in adverse situations. That said, the objective of this study is to analyze the precariousness of teaching work faced in schools in Paraná. To this end, we organized a bibliographic research and data collection from the APP Union. As a postulate, we argue that the precariousness of teaching work cannot be dissociated from the neoliberal policies that affect the working class. That said, to achieve the proposed objectives, we take historical and dialectical materialism as a theoretical reference for understanding the transformations and struggles surrounding education. In the specific case of teaching work in Paraná, we highlight the increasingly rigid control and loss of teaching autonomy of teachers, outsourcing of schools, pedagogical platformization, overcrowded classrooms, and the demand for goals, a fact that has caused teachers to become ill.

Keywords: economic crisis; capitalism; precariousness of

education. 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva analisar o processo de precarização da educação pública no Paraná (2022-2024), em um momento marcado pela crise estrutural do modo de produção capitalista que se revela na destruição dos direitos dos trabalhadores, na crise ambiental e na crescente taxa de desempregados, subempregados e trabalhadores temporários.

De tal modo, a partir do materialismo histórico e dialético, é possível compreender as transformações ocorridas na profissão docente e sua precarização no contexto atual, que significa uma análise sobre as relações de trabalho desenvolvidas desde o final do século XX e início deste século.

Contudo, é importante ter a clareza que a exploração da força de trabalho e o acúmulo de riqueza nas mãos de poucos é uma das características do capitalismo. Diante das crises constantes ao longo da história, o capitalismo buscou sua renovação e reprodução por meio da intensificação da exploração da força de trabalho, o que também afetou as atividades dos professores nas escolas com a

sobrecarga de atividades burocráticas, aumento do número de alunos por sala, avaliações internas e externas etc.

De tal modo, entendemos que o tema se revela importante na medida que a escola pública atravessa uma série de problemas, tais como a evasão escolar, alunos que não dominam os rudimentos da escrita, da matemática, das ciências da natureza e ciências humanas, o que contribui para o empobrecimento cultural das futuras gerações. Não é de hoje que a escola pública no Brasil enfrenta graves problemas, mesmo após os avanços ocorridos com o fim da ditadura militar no Brasil em 1985. Assim, nas últimas décadas as condições de trabalho dos professores foram marcadas pela desvalorização salarial, precarização das condições de trabalho e, ao mesmo tempo, sobrecarga de trabalho.

Diante dos problemas levantados, o presente trabalho objetiva responder a seguinte questão: como ocorre o processo de precarização do trabalho docente nas escolas públicas do Paraná? A compreensão desse processo requer a análise das transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas, que tem ocasionado a precarização das condições de vida da classe trabalhadora que também são reverberadas nas instituições escolares

Grande parte dos jovens se dá conta, ainda que de modo quase inadvertido ou espontâneo, de que a escola os formará apenas para reproduzirem uma vida social insuportável e que muito pouco diferia daquela em que nasceram e vivem. Uma vida social que de sempre presente há apenas a carência, a guerra civil entre os pobres e a polícia. É a polícia que representa o Estado, não as chamadas “políticas públicas”, que na verdade são políticas de construção de uma hegemonia burguesa débil. Como pode o “sistema escolar” ser aderente aos interesses das classes subalternas se tal como a educação também os direitos fundamentais lhes são negados. Não pode haver escola se não há trabalho, saúde, habitação, transporte e lazer (Roio, 2016, p.5).

Cumpramos assinalar que não se trata de um processo isolado, mas um fenômeno amplo e em escala global. Para atingirmos os objetivos propostos optamos por uma pesquisa bibliográfica e documental, considerando que o fenômeno educativo só pode ser compreendido a partir das relações estabelecidas entre os homens na produção da vida.

A partir dos levantamentos das fontes documentais e bibliográficas,

objetivamos analisá-las e verificar os vínculos existentes entre as políticas educacionais e o processo de precarização do trabalho docente. Como referencial teórico metodológico, partimos do postulado de que a educação não se explica por ela mesma. A educação, como qualquer outro fenômeno produzido pelos homens, só pode ser analisada e compreendida a partir das circunstâncias históricas em que ela está inserida.

Ou seja, é necessário compreender as relações sociais que os homens estabelecem entre si. Isto posto, o presente trabalho será dividido em duas seções: a primeira, a crise do modo de produção capitalista e as alterações ocorridas no mundo do trabalho; e a segunda, as condições do trabalho docente diante da crise do capitalismo.

2 A CRISE DO CAPITALISMO E A PRECARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

No atual contexto marcado pela crise estrutural do capitalismo, com o crescimento do desemprego e precarização das relações de trabalho, a educação e seus profissionais também são atingidos com os projetos de reestruturação das condições de trabalho, redução de salários e corte de verbas para a área.

A flexibilização da legislação trabalhista no Brasil (Lei nº. 13.467 de 2017) e suas implicações sobre o mundo de trabalho podem ser evidenciadas como uma das faces do processo de precarização do trabalho, inserida na lógica neoliberal. Contudo antes mesmo da promulgação da lei, trabalhadores da educação sofriam com o processo de deterioração das condições materiais de trabalho.

Em nenhum momento se tratou de má gestão do Estado, mas de um projeto societário em que há duas questões importantes a serem consideradas: em primeiro lugar, a educação é um espaço estratégico para defesa de uma ordem profundamente desigual; em segundo, trata-se de apropriar fundos públicos da educação para reprodução do capital.

Não deve soar estranho que a formação de professores em inúmeros casos seja precarizada, além da falta de amparo do Estado que produz sobrecarga de

trabalho, desencadeando doenças físicas e psicológicas nos profissionais da educação.

Não por acaso, o contexto educacional continua expressando os interesses das classes dominantes que refletem, por exemplo, na falta de professores ou de cursos que sequer completam o número de vagas disponíveis:

O termo ‘apagão’ (Frigotto, 2007) docente, ‘apagão’ de professores, ‘apagão pedagógico’ ou ainda ‘apagão’ na educação, tem sido utilizado por parte da mídia para designar a iminente falta de professores para atendimento da demanda por escolarização básica em um futuro próximo. Há pelo menos dez anos (Brasil, 2007) o eventual déficit docente tem sido indicado como uma possibilidade concreta. Essa falta de professores é prognosticada a partir do cotejo de indicadores de acesso, permanência e titulação nos cursos de licenciatura, associados à baixa atratividade material da profissão, ao consequente esvaziamento da busca jovem pela carreira docente e ao crescente contingente de professores nas etapas finais da carreira (Esquinsani; Esquinsani, 2018, p. 259).

O “apagão” citado pelos autores deve ser compreendido como reflexo da falta de estrutura, na desvalorização profissional, no adoecimento de professores etc., que não pode ser dissociado do processo mais amplo de intensificação da exploração da força de trabalho.

Atualmente o modo de produção dominante mostra à luz do dia sua incapacidade de gerir a existência do trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso à renda. Depois de ter destruído o campesinato e boa parte dos artesãos urbanos, desertificando regiões inteiras, apelado para o exército industrial de reserva dos trabalhadores imigrantes, criado concentrações urbanas desumanas e inadmissíveis, ele condena milhões de assalariados e jovens ao desemprego estrutural, isto é, à marginalização, passando facilmente à decadência social (Chenais, 1996, p. 300).

As crises econômicas constituem-se em um desequilíbrio entre a produção e o consumo, comprometendo o processo do capital, ou seja, a mais-valia produzida precisa ser vendida, para assim, o lucro voltar para a produção. Quando o processo de produção do mais-valia, produz mais do que a população pode comprar, ocasiona uma acumulação de produtos. Portanto não basta apenas produzir, deve-se fazer dinheiro, para voltar aos caixas e produzir mais e mais mercadorias, fazendo uma

pequena parte da população ter um acúmulo de riqueza.

No período pós Segunda Guerra (1939-1945), momento marcado pela expansão do capitalismo, com altas taxas de crescimento e uma forte intervenção do estado, a ideia de crise parecia uma realidade distante. Contudo, a estabilidade alcançada no período pós 2ª Guerra entrou em colapso após as mudanças ocorridas pela introdução de novas formas de organização da produção e o advento de novas tecnologias que foram incorporadas pelas fábricas, tais como a robótica e a informática. A partir do final dos anos 1960, com a nova organização toyotista, com máquinas cada vez mais independentes significaram a dispensa de milhões de trabalhadores e o surgimento de uma crise estrutural que se arrasta até os dias atuais.

Nesse contexto, as ideias liberais do Estado mínimo ganham força. Isso significou na prática a retirada de direitos dos trabalhadores, a privatização de serviços públicos e a precarização do trabalho, fundamentalmente nas nações periféricas, como é o caso do Brasil, fundamentalmente a partir da década de 1990.

3 AS CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE DIANTE DA CRISE DO CAPITALISMO NAS ESCOLAS DO PARANÁ

Vivemos em uma sociedade que transforma tudo em mercadoria, incluindo os trabalhadores. Trata-se um modelo societário regida pela lógica da exploração, da extração da mais valia, que em função de suas contradições internas se reorganiza periodicamente. Diga-se de passagem, o capitalismo não pode existir se não produzir contradições cada vez mais violentas que promovem a destruição. Assim, em toda a ocasião que ocorre a queda dos lucros, o capital busca instrumentos para arrancar do trabalhador mais trabalho e novas formas de manter seu domínio.

Apesar de todas as transformações promovidas pela incorporação de novas tecnologias no interior da produção, as relações mantêm sua essência, que foi desvelada por Marx e Engels no século XIX: seu caráter predatório e anticivilizatório. Em outras palavras, a riqueza continua sendo acumulada por uma pequena minoria que é acompanhada da expropriação dos meios de existência do trabalhador, que

precisa vender sua força de trabalho para continuar existindo. De tal modo, cumpre assinalar que o conhecimento também é expropriado dos trabalhadores. Não interessa aos proprietários dos meios de produção que a classe trabalhadora tenha uma existência autônoma.

Moura et al. (2019, p. 02-03) apresentam as seguintes considerações:

As mudanças nos processos de produção capitalista são constantes e atravessam fases cíclicas que alternam entre declínio e ascensão do sistema. No bojo dessas mudanças, vimos emergir a ideologia neoliberal que traz a prerrogativa do Estado-mínimo, ou seja, a baixa atuação do poder público para as demandas sociais, controle dos gastos públicos, desregulamentação dos direitos trabalhistas, reformas fiscais e investimentos para tornar a economia forte e promover o equilíbrio monetário.

No contexto de uma crise que se arrasta por décadas, a ascensão das proposições neoliberais materializa o retorno de velhas propostas do liberalismo clássico, mas com um discurso de positividade e modernidade. Nesse sentido, trata-se de uma forma de manter intacta a essência das relações capitalistas e as profundas desigualdades entre classes. De tal modo, as orientações políticas e econômicas repetem discursos do passado que reverberam os interesses econômicos da burguesia.

No caso brasileiro, demarcado historicamente por um Estado patrimonial as arenas tradicionais do poder político sofrem alguns ajustes na direção da mercantilização das condições sociais, agravando ainda mais o horizonte das conquistas sociais, ao transformar direitos em bens, subjugando o seu usufruto ao poder de compra do usuário, mercantilizando as lutas em prol da cidadania pelo culto às leis do mercado. Esse mote político e econômico, no caso brasileiro, implicou na última década uma maior concentração de riquezas, incremento da corrupção, privatização da esfera pública e, conseqüentemente, o alargamento das injustiças sociais e a diversificação e intensificação dos processos de exclusão social (DOURADO, 2002, p. 236).

Neste contexto, as ações privatistas no âmbito da educação, o que inclui a entrega da gestão para entidades empresariais, ganha força no Paraná. Trata-se de um verdadeiro retrocesso do caráter público da educação.

Assim, as condições do trabalho docente não podem ser dissociadas da crise estrutural do capitalismo que pode ser sintetizada em três aspectos que não se excluem. Em primeiro lugar, a educação é um espaço estratégico na medida que pode contribuir com a reprodução do capital por meio da compra de plataformas, programas, formas de gestão de empresas privadas ou ONGS. Nesse sentido, não faltam exemplos que demonstrem esse processo de privatização.

Cumprе assinalar que tem sido comum o receituário da privatização, do corte de gastos, que não ocorre apenas na educação. Em segundo lugar, o avanço dos interesses empresariais na educação pode ser compreendido como uma guerra ideológica que objetiva formar o novo trabalhador segundo os princípios do pensamento liberal, tal qual se apresenta em discursos de empreendedorismo, projetos de vida etc.

O terceiro aspecto, que é o ponto que nos interessa, é a compreensão que o trabalhador da educação, no caso professores e demais funcionários das unidades escolares, são submetidos à lógica do mercado, vendendo sua força de trabalho em condições cada vez mais precarizadas, como é o caso dos professores temporários.

Cumprе assinalar que a questão dos temporários não é uma questão exclusiva do Estado do Paraná. Seki *et al.* demonstra como o fenômeno atinge docentes de diferentes Estados da União.

O problema não é pequeno, haja vista o gigantismo do número de temporários. Soma-se a isso, a utilização de diversas nomenclaturas que vilipendiam a atividade propriamente docente. Entre elas, citamos monitor, tutor, mediador da aprendizagem, oficineiro, facilitador. Além dessas, cada ente federado atribui uma denominação particular ao temporário. Na Bahia, por exemplo, chama-se PST (Prestação de Serviço Temporário); em Florianópolis, ACT (Admitidos em Caráter Temporário); em Alagoas, Monitor; no Paraná, PSS (Processo Seletivo Simplificado); no Rio Grande do Sul, Contratação Temporária. Em São Paulo, além do “eventual”, há o OFA (Ocupantes de Função Atividade), correspondente ao ACT.

O que-fazer docente vem sendo sequestrado pelas políticas atuais que sobrelevam a aprendizagem em detrimento do ensino, dispensam disciplinas como História para priorizarem conteúdos socioemocionais, substituem professores com formação pelos de notório saber. Um dos casos mais chocantes e funestos concretiza-se no “eventual”, modalidade paulista que nasce da precarização generalizada das condições de trabalho, no interior da qual floresce o absenteísmo

docente. (...)

As políticas docentes propostas pelo Estado e por OMs, segundo interesses do capital, apresentam formas contratuais não efetivas, temporárias, revestidas de argumentos que obscurecem seu sentido essencial. O Estado, ao organizar dados relativos aos professores, utiliza nomenclaturas, como vimos, que elidem a função docente. As novas formas de contratação, como é o caso da Lei do Voluntariado (BRASIL, 1998), aparentemente, processaria uma política de valorização do trabalho pedagógico tendo em vista que as diversas possibilidades de ação escolar se encontrariam formalizadas, o que não ocorreu. (2017, p. 951-952).

Além do prejuízo aos alunos em função da rotatividade de professores, com a crescente contratação de docentes temporários ocorre a desarticulação do corpo docente como desdobramento do processo de contratação dos temporários. De tal modo, a organização de luta dos professores fica comprometida na medida que a categoria fica dividida.

Nesse sentido, a existência dos temporários demonstra o caráter de uma política permanente de manutenção de professores em condições de instabilidade, que descumpre as regras criadas pelo mesmo Estado na constituição de uma escola pública de qualidade.

É assim que, tanto no contexto nacional quanto internacional, os trabalhadores docentes, como parte do grande contingente de trabalhadores, estão submetidos às contradições e a um sistema que preconiza o capital, colocando o trabalho humano como elemento de segunda ordem, embora imprescindível para a reprodução das relações capitalistas. (Maroneze, 2013, pg. 49)

Aos olhos dos gestores da educação pública, a serviço do capital, a contratação de temporários representaria uma economia aos cofres públicos sem considerar as questões pedagógicas do processo de ensino e aprendizagem.

Um levantamento exclusivo feito pela APP-Sindicato, a partir de dados oficiais da Secretaria da Educação (Seed), mostra que a contratação de professores(as) e pedagogos(as) de forma precarizada, por meio de contratos temporários, bateu recorde histórico sob a gestão do governador Ratinho Jr.

De acordo com números divulgados no portal “SEED em Números”, dos (as) 65.391 docentes contabilizados(as) em maio de 2023, 42% foram admitidos(as) através de Processo Seletivo Simplificado (PSS). O percentual é o maior já registrado, desde 2003 (APP-Sindicato dos

trabalhadores em educação pública do Paraná, 2024).

As denúncias da APP Sindicato sobre a precarização das condições de trabalho docente constituem-se como parte de uma totalidade marcada pela destruição dos direitos trabalhistas. Assim, não se trata somente de uma categoria profissional, mas da precarização do trabalho como um todo. Contudo, é importante assinalar que esse processo não nasceu com a gestão de Carlos Massa Junior (Ratinho Jr.). Afinal, a partir de 2008, com a quebra de grandes bancos norte-americanos, a crise se alastrou rapidamente por diferentes nações. Nesse contexto, o receituário neoliberal apregoava a redução de gastos e a privatização de serviços públicos.

Assim, fundamentalmente com a gestão de Beto Richa (2011-2018) no Estado do Paraná, verifica-se a crescente instabilidade dos docentes contratados de forma temporária. Isso significa, entre outras coisas, a não continuidade de um docente na mesma escola, além da própria incerteza de continuidade ou não após o término do contrato. Cumpre assinalar que o crescimento do adoecimento docente é outro aspecto do problema que se manifesta nas escolas mantidas pelo Estado, fato que pode ser comprovado por meio da APP Sindicato e de trabalhos acadêmicos.

Se faltavam informações concretas sobre os impactos da política de plataforma adotada pelo governo Ratinho Junior na rede estadual de educação, não faltam mais. Uma pesquisa pioneira realizada pela APP-Sindicato e o Instituto Pesquisas de Opinião (IPO) com educadores(as) de todo o Paraná revela os reflexos da intensa digitalização nas condições de trabalho da categoria e no processo de ensino-aprendizagem. O levantamento traz dados alarmantes, como o grau de adoecimento e sobrecarga atrelados ao modelo, a percepção de baixa aprendizagem dos(as) alunos(as) e as deficiências estruturais da rede para atender às exigências tecnológicas. Também chama atenção o elevado número de professores(as) que se sentem assediados(as) com a pressão exercida pelo cumprimento de metas e a obrigatoriedade de uso de plataformas. Quase a totalidade dos(as) educadores(as), 91,3%, se declaram sobrecarregados(as) com a avalanche de novas plataformas, aplicativos e meios tecnológicos somados à cobrança pelo cumprimento de metas. Já 74,3% reconhecem os impactos negativos do modelo na sua saúde física e/ou mental, enquanto uma parcela maior (78,3%) afirma ter colegas que adoeceram em decorrência das dificuldades impostas pelas novas tecnologias (APP-Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná, 2023).

Os dados revelam um quadro alarmante para um Estado que proclama a qualidade na educação pública. Afinal, a gestão empresarial, a pressão por metas que não implicam necessariamente na aprendizagem dos alunos, o assédio constante no ambiente de trabalho e a sobrecarga de trabalho em nada contribuem para uma escola pública que realmente proporcione o acesso ao conhecimento para os filhos da classe trabalhadora.

Obviamente, não se trata efetivamente de uma gestão “incompetente”, mas de um projeto político que esvazia a função social da escola e amordaça as possibilidades de um pensamento crítico em um contexto marcado pelo quadro de desemprego estrutural que aflige milhões de trabalhadores.

As novas dimensões assumidas pelas mudanças no capitalismo recente como buscamos mostrar tem operado uma mudança significativa nas relações de trabalho, seja através de uma ênfase na flexibilidade, na emoção ou na materialização do trabalho. Tais configurações mudam a subjetividade do próprio trabalhador que precisa assumir novas características e também se relacionar de uma nova forma com o trabalho. O que desejamos mostrar nesse artigo é que tais mudanças têm produzido uma nova relação do professor com o trabalho docente. (Scherer, 2019, p. 525)

Como não há intenção em esclarecer as razões para as contradições e mazelas da sociedade, o projeto da burguesia busca naturalizar as desigualdades, o trabalho informal e sem garantias. Assim, a militarização das escolas é um outro aspecto do processo de esvaziamento das escolas, que busca criar um novo perfil de trabalhador obediente e aceitável aos interesses do capital.

A última onda de militarização de escolas da rede estadual de ensino do Paraná fechou mais 129 turmas que funcionavam no período noturno, sendo 43 da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A conclusão é resultado de uma análise da APP-Sindicato em dados do Censo Escolar 2023 e na legislação estadual que criou o programa de escolas cívico-militares. O levantamento confirma o caráter destrutivo da iniciativa inconstitucional implantada pelo governador Ratinho Jr. que, além de protagonizar uma série de denúncias de abusos e violação de direitos de crianças e adolescentes, também dificulta o acesso e as oportunidades de jovens e adultos concluírem os estudos. Entre as proibições estabelecidas pela Secretaria da Educação (Seed), as escolas militarizadas não podem ofertar ensino no período noturno, onde a maioria das turmas é frequentada por estudantes que precisam trabalhar durante o dia e, por condições sociais e econômicas,

apresentam maior dificuldade de aprendizado (APP Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná, 2024).

Nesse contexto de omissão do Estado para a questão do atendimento das demandas populares e a militarização das escolas vem acompanhada pelo fechamento de classes noturnas, o que atinge fundamentalmente o aluno trabalhador. Qual a razão para essa situação? Até que ponto existe a preocupação com uma escola pública de qualidade? Contudo, o que não é dito, é que a militarização vem acompanhada pelo autoritarismo, pelo assédio contra professores e alunos, pelo controle dos funcionários, a perda de autonomia do professor dentro de sala de aula etc.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (Mészáros, 2005, p. 35)

Por certo, não há razões para acreditarmos que a precarização do trabalho docente ocorra de forma pontual ou seja apenas uma questão de gestão. Trata-se da expressão de um modelo de sociedade em que a classe dominante expropria o trabalhador do fruto de seu trabalho, do conhecimento e das condições materiais de existir com autonomia.

Considerando os interesses da burguesia em manter seus privilégios, seria contrassenso a defesa de uma escola com condições adequadas de trabalho para professores e professoras. Como não há interesse em uma educação identificada com um projeto emancipatório, a precarização é mais um elemento de negação do direito público à educação.

(...)cabe destacar o processo de construção da imagem da crise da escola. Na ótica dominante, a crise decorre do fracasso dos educadores, das universidades e, em síntese, da rede pública. Daí a defesa da refuncionalização da escola, por meio da colaboração da sociedade civil, leia-se, dos empresários e das agências do capital (LEHER, 2014, p. 17-18)

Diante dos postulados do pensamento neoliberal, é possível evidenciá-los no interior das políticas públicas para educação com desdobramentos para o trabalho docente. Nessas circunstâncias, diante de todos os ataques citados anteriormente, muitos professores abandonam o magistério e optam pela procura de outras formas de sobrevivência. Os dados coletados pelo instituto da Semesp, e expostos no site da APP sindicato, mostram como é recorrente a frustração, e a falta de motivação pela carreira, e a desistência de alunos ainda em graduação, nos cursos de educação.

Os dados mostram que as desistências nesses cursos são altas. Cerca de 60% dos(as) estudantes de licenciaturas na rede privada e 40% dos(as) estudantes da rede pública desistem da formação. Entre os(as) mais jovens, apenas 6,6% dos(as) entrevistados(as) pelo Instituto Semesp têm interesse em fazer cursos da área de educação (APP sindicato, 2024).

Na mesma pesquisa, foi possível ter uma ideia dos principais motivos que os professores estão desanimados e pensando em desistir da carreira, a maioria ou está preocupado com o futuro da profissão, ou desanimados, e sentindo desvalorizados, também relatam a violência sofrida em sala de aula, a falta de apoio das famílias, e o principal, o descaso por parte do estado.

Em um contexto marcado pela alienação, os docentes perdem a autonomia e o controle sobre suas atividades. Nesse sentido, o processo de reestruturação do trabalho docente contribui decisivamente para a desvalorização social da profissão.

Os dados mostram que 79,4% dos(as) professores(as) já pensaram em desistir da carreira. Em relação ao futuro profissional, 67,6% sentem-se inseguros(as), desanimados(as) e frustrados(as). Falta de valorização (74,8%), de disciplina e interesse dos(as) alunos(as) (62,8%), de apoio e reconhecimento da sociedade (61,3%), bem como do envolvimento e participação das famílias dos(as) alunos(as) (59%) são os principais fatores de desânimo citados. Mais da metade dos entrevistados(as) (52,3%) disse já ter passado por algum tipo de violência enquanto atuava como professor(a). As violências mais relatadas são agressão verbal (46,2%), intimidação (23,1%) e assédio moral (17,1%) (APP-Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná, 2024).

Diante desses dados, esse desânimo pedagógico pode refletir diretamente no

futuro da profissão. Em outra matéria o portal de notícias do G1, também exposto no site da APP sindicato traz o termo ‘apagão’ docente, que nada mais é, que a escassez de professores, e a falta de procura por parte dos jovens, na carreira de magistério.

Os ataques à educação podem levar a um “apagão” na formação de professores(as), aponta levantamento elaborado pelo portal de notícias G1. A pesquisa mostra queda de 74% na procura por licenciaturas em universidades públicas do Paraná nos últimos seis anos. De acordo com a pesquisa realizada e divulgada pelo G1, o número de candidatos(as) aos cursos de Matemática e Letras caiu de 13.574 em 2018 para 3.540 em 2023. Os dados consideram a quantidade de inscritos nos vestibulares e no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) nos dois cursos em 11 universidades públicas do Paraná (APP-Sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná, 2024).

São números preocupantes, para o futuro docente, ainda aliado a tecnologia, o que se pode esperar do futuro? Professores virtuais e educação plataformizada? De tal modo, qualquer análise rigorosa deve considerar os impactos do processo de precarização das condições do trabalho docente na vida dos professores, nas escolas etc. Afinal, como manter vínculos com os alunos e a comunidade escolar com rotatividade de professores? Como elaborar um planejamento minimamente conectado com a transmissão de conhecimentos que contribuam para a compreensão da realidade se professores trabalham desmotivados?

São inúmeras perguntas. Certamente, as classes dominantes e seus intelectuais não responderão. Como sacerdotes da ordem, limitam-se a exigir a obediência dos subordinados e alimentá-los com ilusões.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto da crise estrutural do capitalismo, o processo de precarização e desvalorização do trabalho docente não é um fenômeno isolado das contradições inerentes ao modelo societário que forjaram esses fenômenos, constituindo-se em mais um empecilho a constituição de uma educação emancipadora.

No contexto da crise estrutural do capitalismo que se intensificou nas últimas décadas, o processo de intensificação da precarização do trabalho docente, pode ser

evidenciado pelo cansaço físico e emocional dos profissionais da educação. Os constantes avanços tecnológicos e metodológicos, muitas vezes descontextualizados da realidade escolar, transformam os professores em objetos de experimentação, retirando-lhes a autonomia pedagógica e dificultando o exercício crítico da prática docente.

Soma-se a isso um crescente aparato de vigilância e controle, sustentado por políticas autoritárias que enfraquecem a gestão democrática das instituições escolares e impõem uma padronização comportamental diferente com a diversidade do processo educativo.

A valorização de agentes externos à educação formal, como militares e civis sem formação específica, evidencia o desprestígio da docência e contribui para o crescimento da crise nas escolas públicas, convertendo-as em espaços de aplicação de projetos neoliberais que desconsideram os direitos sociais. Tal contexto impacta não apenas a qualidade da educação, mas também o futuro das relações de trabalho, submetidas a discursos ilusórios de empreendedorismo desvinculado de garantias trabalhistas e proteção social.

Por fim, na atual quadra histórica, a educação é mais um espaço utilizado pelo capital como forma de reprodução do lucro e esvaziamento dos filhos e filhas da classe trabalhadora. Isto posto, enquanto não houver uma ruptura com o caráter de mercantilização da educação e, em última instância, da própria vida, não há como pensarmos em uma sociedade democrática.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Leonir. Mudanças no mundo do trabalho, mudanças na educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 5, n. 9, p. 156-176, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.20500/rce.v5i9.1607>. Acesso em: 11 nov. 2025.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONTRATAÇÃO PRECÁRIA DE PROFESSORES (AS) NO PARANÁ BATE RECORDE HISTÓRICO NA GESTÃO DE RATINHO JR. **APP-Sindicato**, 2024. Disponível em:

<https://appsindicato.org.br/contratacao-precario-de-professoras-no-parana-bate-recorde-historico-na-gestao-ratinho-jr/>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

DA SILVA, T. DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO, DUAS DIMENSÕES DA CRISE DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 6, n. 2, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v6i2.1318>. Acesso em: 11 nov. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12931.pdf> acesso em 07/maio/2001.

ESQUINSANI, R.; ESQUINSANI, V. O 'APAGÃO' DOCENTE: LICENCIATURAS EM FOCO. **Contrapontos**, v. 18, n. 3, p. 258-269, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v18n3.p258-269>. Acesso em: 11 nov. 2025.

EXCLUSIVO: mais de 70% dos(as) professores(as) da rede estadual relatam adoecimento pelo uso de plataformas digitais, revela pesquisa. **APP-Sindicato**, 2023. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/mais-de-70-dos-as-professoras-da-rede-estadual-relatam-adoecimento-pelo-uso-de-plataformas-digitais-revela-pesquisa/>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

FERREIRA, D.; DE MOURA ABREU, C. Professores temporários: flexibilização das contratações e condições de trabalho docente/Temporary Teachers: flexibilization of contracts and teacher's work conditions. **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 2, p. 129-139, 2014. Disponível em: file:///C:/Users/saraz/Downloads/vitor,+Gerente+da+revista,+23.2_129-139_FERREIRA-ABREU.pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

MARONEZE, Luciane Francielli. A precarização do trabalho docente no contexto da reorganização capitalista e das mudanças na legislação educacional brasileira pós 1990. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 45-57, jun.2012.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008

MOREIRA, A. O trabalho docente no contexto de reestruturação do capital e da recomposição do mundo do trabalho. **XVI Seminário CETROS**, 2018.

MOURA, J. da S.; RIBEIRO, J. C. de O. A.; CASTRO NETA, A. A. NUNES, C. P. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **RPD**, Uberaba-MG, v.19, n.40, p.01-17, jan./abr. 2019, ISSN 1519-0919.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, p. 14-20, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400004>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PESQUISA NACIONAL REVELA QUE OITO EM CADA DEZ PROFESSORES(AS) JÁ PENSARAM EM DESISTIR DA CARREIRA. **APP-Sindicato**. 2024. Disponível em: Pesquisa nacional revela que oito em cada dez professores(as) já pensaram em desistir da carreira. Acesso em: 08 ago. 2025.

SCHERER, Renata Porcher. A desgnerificação do trabalho nas novas configurações do capitalismo: implicações para pensar o trabalho docente. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 13, n. 2, p. 520-532, maio/ago. 2019.